Magalhães Pinto com os colegas norte-americanos

ESTADO DE SÃO PAULO

Crimmins: Brasil

19 AGO 1977

pediu o adiamento

Da sucursal de
BRASILIA

O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Crimmins, confirmou que é o adiamento da visita do embaixador Allard Lowenstein foi uma "decisão do governo brasileiro", aceita por Washington. Lowenstein, que é o principal assessor do embaixador norte-americano na ONU, Andrew Young, para o tema dos direitos humanos, deveria ter vindo ao Brasil nestes dias, mas sua viagem foi sustada por iniciativa do Itamaraty.

Crimmins explica essa negociação: "O governo brasileiro entendeu que seria mais conveniente recebê-lo mais tarde. Aceitamos a decisão do governo brasileiro e não é nenhuma coisa dramática, nenhuma coisa maior". Indagado se o adiamento estava relacionado com a pretensão de Lowenstein de entrevistar-se com o arcebispo D. Paulo Evaristo Arns e com o general Dilermando Monteiro, o diplomata comentou: "A minha impressão é de que o programa dele ainda não tinha se decidido. Por isso, para mim, tudo isso é especulação".

As declarações de John Crimmins foram feitas na madrugada de ontem, no aeroporto de Brasília. O diplomata regressava de uma viagem de férias aos Estados Unidos, onde permaneceu dois meses, dos quais quinze dias em Washington, em consultas com o Departamento de Estado.

VANCE

Crimmins desconhece qualquer alteração no programa da visita que o secretário de Estado, Cyrus Vance, fará ao Brasil nos dias 28 e 29 de outubro: "Quando eu estive em Washington, na semana passada, não vi nada disso. Nada, nada, nada. As datas já estão marcadas e mantidas. Não ouvi nada até sexta-feira passada, quando eu saí de Washington. Quando apareceram essas notícias?"

O embaixador foi informado de que isso havia ocorrido nos últimos dois ou três dias e que a fonte era o Conselho de Assuntos Hemisféricos, um grupo de pressão política de Washington. "Não há nada em termos de decisões oficiais. Mas estou dizendo francamente que, quando estive em Washington, até sexta-feira passada, tudo continuava mantido".

Crimmins explica o seu contato no fim desta semana com o secretário de Estado assistente para assuntos interamericanos, Terence Todman: "É um encontro totalmente informal e não há programa. Acho que ele não se encontrará com funcionários brasileiros. Fará uma escala de repouso no Rio. Um graduado funcionário do Departamento de Estado vai estar no Brasil e realmente é uma cortesia minha visitá-lo e trocar impressões. Mas ele sabe muito bem que, então, estarei de volta ao Brasil há apenas 48 horas". Quando um jornalista mencionou a versão de que um dos temas da conversa com Todman seria o caso dos

missionários norte-americanos presos no Recife, o embaixador fez uma pergunta ao conselheiro político da Embaixada, que estava a seu lado: "Nós temos o relatório oficial?" O assessor responde: "Já foi publicado". Crimmins insiste: "Mas já recebemos o relatório oficial?" O conselheiro diz que sim, que o Consulado norte-americano no Recife já o remetera à embaixada em Brasília.

URÂNIO

"Acho que é muito prematuro falar do fornecimento de urânio enriquecido para Angra-1. Não posso confirmar essa especulação". Crimmins contestava uma pergunta a respeito de exportação de tecnologia e materiais nucleares por parte dos Estados Unidos. Um projeto de lei aprovado na semana passada pela comissão de relações internacionais da Câmara de Representantes obrigará o governo americano a renegociar os acordos já assinados com outros países, envolvendo aquele tipo de exportação.

O projeto incluiria o Brasil. A Casa Branca não poderia autorizar a exportação de 12 mil quilos de urânio enriquecido para a usina de Angra-1, construída pela Westinghouse, se o Brasil não concordasse em adaptar o acordo assinado com os Estados Unidos às novas condições estabelecidas pelo Capitólio. Esse acordo, de julho de 1972, é válido por trinta anos e, segundo ele, o urânio enriquecido nos Estados Unidos para qualquer reator brasileiro não poderá ser reprocessado pelo Brasil sem a aprovação prévia de Washington.

O porta-voz do Departamento de Estado, John Tratner, declarou nos últimos dias, em Washington: "Ainda não se tomou decisão alguma" a respeito do envio de urânio enriquecido para Angra-1, mas "ao examinarmos as licenças de exportação evidentemente levamos em conta todos os fatores relevantes e em planejamento na área nuclear, no país a que se destinam tais licenças".

ITAMARATY

A tarde, o porta-voz do Itamaraty, conselheiro Luiz Felipe Lamprea, falando sobre a possível renegociação dos acordos para fornecimento de urânio enriquecido, disse que essa notícia "foi trazida de maneira muito especial" ao governo brasileiro. Ele referia-se à entrevista que um funcionário do Departamento de Estado, John Tratner, deu à revista "Veja", sobre o assunto. Entretanto, acrescentou: "Nós partimos do pressuposto de que um acordo em vigor deve ser cumprido, embora eu possa assegurar que, até agora, não há qualquer atraso no fornecimento".

Sobre o adiamento da visita de Allard Lowenstein, Lamprea afirmou que "o Brasil ponderou e o governo norte-americano aceitou, mas em nenhum momento se disse que ele não seria recebido".